

Esforço concentrado não começará hoje

Josemar Gonçalves

O deputado Ulysses Guimarães adiou o início do esforço concentrado que estava marcado para hoje de manhã. Ulysses convocou sessões da Câmara e do Senado para às 9h00 anunciando que a Constituinte só se reunirá hoje a partir das 13h30, não apresentando qualquer justificativa para o adiamento. O vice-líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), afirma que foi "pego de surpresa" em relação à suspensão da sessão de hoje de manhã, acrescentando que não tinha conhecimento de entendimento de lideranças nesse sentido.

Inocêncio Oliveira acredita que a decisão do deputado Ulysses Guimarães foi provocada pela falta de quorum verificada na sessão de ontem à noite, quando apenas 246 constituintes estavam presentes. Apesar de ser uma presença alta para as sessões de segunda-feira, dificilmente os constituintes que estavam ausentes de Brasília teriam condições de chegar a cidade antes das 9h00.

Negociações O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) esteve no gabinete de Ulysses Guimarães após a sessão de ontem e confirmou o adiamento. Para ele a medida não altera o andamento das vota-

ções explicando que o "importante no momento é a evolução das negociações". Ontem as lideranças conseguiram "fechar acordo até o artigo 80 o que significa agilização do processo de votação".

O adiamento da sessão que estava prevista para a Constituinte hoje de manhã faz com que o deputado Ulysses Guimarães retorne ao calendário original do esforço concentrado que previa votação pela manhã, tarde e noite de quarta-feira até terça-feira — inclusive aos sábados e domingos. A Mesa da Constituinte não anunciou ainda se a sessão de amanhã de manhã está mantida.

Hoje a tarde o plenário concluiu a votação do Título III — Organização do Estado — onde falta a apreciação de apenas quatro destaques. Mas se houver acordo entre as lideranças partidárias poderão ser votados hoje temas polêmicos que foram adiados, como: elegibilidade de parentes até segundo grau do Presidente, governadores e prefeitos; tetos salariais para os funcionários do Executivo, Legislativo e Judiciário; e eleições em dois turnos nos municípios com mais de 200 mil eleitores. Se estes temas continuarem adiados, o plenário inicia a apreciação do capítulo do Poder Legislativo, onde um ponto bastante polêmico é o artigo que proíbe a reeleição do deputado Ulysses Guimarães para a Presidência da Câmara.



Ulysses convocou sessões da Câmara e Senado para as 9 horas e da Constituinte para 13h30

Sarney, agora, quer mais rapidez

Todo o apoio ao deputado Ulysses Guimarães. Com esta orientação, dada ontem às lideranças governistas na Constituinte, o presidente José Sarney iniciou uma nova investida para aprovar o mais rapidamente possível a nova Constituição da República. "O Presidente não quer criar polêmica e esta altura. Uma vez promulgada a nova Carta, ele está preparado para cumpri-la", afirmou o líder do PMDB no Senado, Saldanha Derzi (MS).

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), não compareceu à reunião, por estar viajando, e o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), pelo mesmo motivo, mandou o vice-líder Edison Lobão (MA) em seu lugar. Saldanha Derzi informou, à saída do Palácio da Alvorada, onde Sarney chegou às 07h00, depois do fim de semana no sítio de São José do Pericumã, que a orientação do Presidente agora é apenas uma: colaborar com o esforço concentrado do deputado Ulysses Guimarães

querer conversa com repórteres. No final da semana ele pregou a realização de um terceiro turno, que permitiria, na sua opinião, corrigir alguns pontos que colocam a governabilidade do País sob o signo da instabilidade política e econômica. Sant'Anna vinha questionando justamente a agilidade imprimida por Ulysses Guimarães no segundo turno de votações.

De acordo com o líder Saldanha Derzi, o Presidente voltou mais tranqüilo do sítio, para onde foi na noite de quinta-feira com sintomas de stress e uma forte suspeita de sofrer uma crise de labirintite. "Está calmo e sereno" — relatou o senador, confirmando ainda que o Presidente aproveitou o descanso para refletir bastante sobre o tempo que lhe resta de governo. "Sua maior preocupação, neste momento, é adaptar a administração federal à nova realidade que a Constituinte está traçando". E acrescentou: "O Presidente não admite discutir a soberania da Constituinte, que reconhece como plena".



Senador Saldanha Derzi (MS) para encerrar os trabalhos da Constituinte em setembro.

Tranqüilidade
Carlos Sant'Anna, líder do PMDB na Câmara, recebeu a ordem, mas saiu do Alvorada sem

Ulysses nega declarações

O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) negou ontem que tivesse declarado que a nova Constituição será "o cabo eleitoral do PMDB nas eleições municipais deste ano". A declaração de Ulysses teria sido feita em um comício do partido no município de Nova Serana, em Minas Gerais, próximo da fazenda do governador Newton Cardoso, onde ele passou o fim de semana.

Ulysses negou o episódio durante a verificação de quorum da Constituinte, quando o deputado Victor Faccioni (PDS-RS) foi ao microfone de apertar uma explicação. Faccioni questionou o presidente da Assembleia, do PMDB e da Câmara dos Deputados, afirmando que os constituintes não poderiam ser usados para beneficiar um único partido e as declarações de Ulysses, se confirmadas, davam essa impressão.

"Absolutamente, não fiz essa declaração", reagiu Ulysses Guimarães, acrescentando que jamais diria que a nova Constituição será um cabo eleitoral do PMDB, "porque, em primeiro lugar não é justo e segundo, não sou inexperiente. Sou um político veterano. As declarações são inverídicas. Eu tenho enaltecido o trabalho de todos. Eu não faria uma declaração chula dessas", concluiu.

O deputado Amaral Netto (RJ), líder do PDS, pediu a palavra em seguida para dizer que havia entrado em contato com Ulysses pela manhã para saber da veracidade da declaração, e o presidente da Constituinte já lhe havia garantido que não disse que a Constituição será o cabo eleitoral do PMDB. Para o líder do PDS, esse esclarecimento foi o suficiente para encerrar o episódio.

Deputado justifica voto aos 16 anos

Beto Rocha 18.5.88

Gerson Menezes
"Pela legislação brasileira atual o jovem de 16 anos pode se apresentar voluntariamente às Forças Armadas, em caso de guerra. Portanto, pode morrer em nome do Brasil. Por que não pode votar?"

Esta é uma das inúmeras questões com as quais o deputado Hermes Zaneti (PSDB-RS) contesta as críticas à emenda de sua autoria, já aprovada no segundo turno da Constituinte, estendendo o direito de voto, em caráter facultativo, ao menor de 18 e maior de 16 anos. Zaneti tem respostas para todas as críticas que são feitas ao dispositivo aprovado esta semana, e contesta frontalmente o argumento de que o jovem deve ser responsável criminalmente em contrapartida ao direito de votar aos 16 anos.

"É um raciocínio totalmente equivocado, porque em nenhum País do mundo se vincula um ramo do Direito a outro ramo do Direito, em função de idade. Tanto assim que a maioridade civil se dá aos 21 anos, e a maioridade para efeito criminal se dá aos 18". E desfilia, em seguida, uma série de argumentos para comprovar que as críticas não têm fundamento: "Pela Constituição em vigor, o direito ao trabalho se dá a partir dos 12 anos, e pela que está sendo votada, a partir dos 14. Por que então não vincular o direito de voto ao direito ao trabalho? Alega-se também que o eleitor de 16 anos pode cometer 'crime eleitoral'. E se ele cometer



Hermes Zaneti: aos 16 anos já se pode morrer pelo Brasil

crime eleitoral não sendo eleitor e estiver nessa faixa de idade? Da mesma forma — prossegue Zaneti — o jovem tem direito ao estudo desde a infância e ao trabalho antes dos 18 anos. E se cometer um crime na escola, ou no serviço?". Todas essas questões, segundo observa o parlamentar, comprovam que a obrigatoriedade de "vinculação" levaria a várias distorções.

Morte
Zaneti enfatiza que a crítica ao direito de voto aos 16 anos parte de setores reacionários, que na verdade "não querem dar direito de voto a ninguém, pois voto para eles im-

plica em investimento, e quanto maior o universo de eleitores, mais cara a eleição". Para esses setores — observa ele — o ideal é restringir ao máximo o voto, não só para os jovens de 16 anos como também para as mulheres e os analfabetos, que também tiveram de conquistar o direito de ir às urnas.

São, na verdade, segundo o deputado, reações vindas dos "representantes da ditadura", que usam o argumento de direito ao voto para tentar implantar a responsabilidade criminal porque, ao invés de quererem a juventude votando, querem vê-la "na cadeia". Mas há um aspecto, segundo ele, que fica

evidente em toda a discussão: a "sociedade adulta" que pretende negar o direito ao jovem é responsável por um processo de decisão política que não cria perspectiva de vida para a sociedade, e sim perspectiva de morte.

Herança
"A nível mundial — observa Zaneti — a herança dessa 'sociedade adulta' é a bomba atômica, o programa nuclear 'Guerras nas Estrelas' e tudo o que representa o belicismo e a capacidade destrutiva do ser humano. A nível de Brasil, a juventude resulta do período do AI-5 e dos decretos 228 e 477, que consideravam crime a participação dos jovens estudantes na política. Por esta via de centralização de poder, a juventude recebe como 'herança' a maior dívida externa de todos os países da Terra, o menor salário mínimo da História Brasileira, a maior inflação do País e as mais altas taxas de juros bancários".

O que os "adultos" estão deixando para os jovens é, portanto, segundo observa Zaneti, uma verdadeira tragédia. Por uma lei natural da vida, os jovens viverão mais do que os adultos. "Dar o direito de participar é abrir a possibilidade para os jovens reverterem esse quadro que eles não criaram, mas que terão que enfrentar", diz o deputado, convencido de que o voto aos 16 anos abrirá perspectivas, entre outras, para a modernização dos partidos políticos e a melhoria da proposta educacional para o País.

Líderes gastam muito tempo mas acordo é difícil

As lideranças partidárias, inclusive o PFL, estiveram reunidas durante toda a manhã a tarde de ontem, e mesmo assim não conseguiram fechar acordo para votação dos dois turnos para as eleições majoritárias. Ficou adiada também a decisão sobre o quorum exigido para aprovação da lei orgânica municipal, o dispositivo que garante ao deputado Ulysses Guimarães o direito de se reeleger presidente da Câmara dos Deputados, a inviolabilidade dos vereadores e o julgamento dos prefeitos.

Para forçar o PFL a retornar as negociações e garantir quorum para as votações do esforço concentrado, os líderes levaram uma proposta sobre os dois turnos. Segundo esta, um amplo acordo aprovaria o princípio dos dois turnos, mas seria garantido ao PFL votar nas Disposições Transitórias uma emenda prevendo a não aplicação desta regra no pleito municipal de novembro. O PFL não garantiu fechar acordo sobre matérias isoladas e segundo o deputado José Lins, a disposição do partido é negociar sobre uma relação de 20 pontos polêmicos, entre os quais, os dois turnos, propriedade produtiva, empre-

sa Nacional, Previdência Social e a proibição da comercialização e a estatização da distribuição do sangue.

Mas o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, criticou a proposta do PFL, frisando que a real intenção "será formar um rolo compressor para, em apenas uma semana, conseguir a supressão dos avanços embutidos nos capítulos da Ordem Econômica e Social".

A única matéria, anteriormente adiada, e que ontem alcançou acordo entre os líderes partidários foi a questão da inelegibilidade de candidatos que possuem como parentes, prefeitos, governadores e presidente da República. O princípio da proibição será mantido no texto permanente, mas uma ressalva será votada e se aprovada, incluída nas Disposições Transitórias permitindo que os atuais parlamentares participem do pleito municipal de novembro próximo, mesmo possuindo parentes ocupando cargos eletivos. Na reunião de ontem, as lideranças não fecharam acordo também sobre a iniciativa popular de projetos de lei e a incorporação e subdivisão de Territórios e Estados.

PFL veta os dois turnos

O PFL levou ontem ao PMDB a lista de pontos que deseja suprimir do projeto de Constituição e decidiu retornar à mesa de negociações após reunião de duas horas no gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Os dois partidos preferiram manter silêncio sobre os pontos discutidos, mas a pauta na verdade não foi pequena: além do impasse em torno da indicação do senador Alexandre Costa para o GDF, os líderes conversaram sobre pontos considerados inaceitáveis pelo PFL, como a eleição em dois turnos, que o partido pretende eliminar pelo menos nas próximas eleições municipais, a 15 de novembro.

Questões como as normas de proteção à empresa nacional e proibição da comercialização de derivados de sangue também fazem parte da lista do PFL, mas, à saída do encontro, o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, preferiu se referir apenas à supressão do veto da Câmara a ministros de Estado, com a qual o seu partido também concorda. Na verdade, PMDB e PFL tentam uma reaproximação em torno de temas considerados ainda polêmicos da lista de votações, mas o líder do PFL, deputado José Lourenço, garante que os demais partidos também serão chamados a participar dos entendimentos.

Compreensão
"Não iremos impedir nossa vontade a ninguém, mas na democracia, quando há uma grande maioria, espera-se compreensão dos ou-

tros", afirmou o líder pefelista, que nos últimos dias tem reclamado com insistência contra acordos que não são fechados em função da oposição de partidos "pequenos". Na última semana, quando ainda mantinha sua decisão de não participar mais dos acordos, José Lourenço defendeu a mudança de critérios nos entendimentos entre lideranças. Atualmente, para mudar textos aprovados no 1º turno, exige-se a concordância de todas as lideranças, uma vez que o Regimento Interno prevê apenas a apresentação de emendas supressivas.

Esquerdas
Na ótica de José Lourenço, a obtenção de maioria "por dois ou três partidos" é suficiente para votação de matérias, o que remete à possibilidade do PMDB não fechar mais acordos com as esquerdas. A única forma de viabilizar isto, no entanto, será através das emendas supressivas já apresentadas, uma vez que para acordos fora do regimento a norma tem sido a de exigir a concordância de todos os partidos. A viabilização do nome do senador Alexandre Costa para o GDF seria um dos temas para os quais PFL e PMDB estariam buscando "fórmulas" de viabilização sem a necessidade de concordância de todas as lideranças. Nos partidos de esquerda, os entendimentos já levantam suspeita e ontem líderes do PT observam que Ulysses Guimarães costuma "passar por cima do regimento".

Eleitor jovem pode mudar estrutura viciada

O político brasileiro, nos moldes tradicionais, pode influenciar o voto do eleitor já comprometido com a estrutura dominante na sociedade. Pode se eleger, portanto, fazendo política "pequena", ao passo que a juventude não tem compromisso com nada do que está aí, e portanto sua proposta será exatamente a de destruir essas estruturas viciadas.

Esta será uma das primeiras contribuições do eleitor de 16 aos 18 anos, na ótica de duas lideranças que participaram ativamente, na Constituinte, dos movimentos de pressão pela aprovação do direito de voto a partir dos 16 anos: Elias Ferreira, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, e Rovilson Brito, da União da Juventude Socialista.

Apesar da imagem transmitida pelas novelas e boa parcela da sociedade adulta de que a juventude é "alienada", Elias e Rovilson estão convencidos de que não haverá como evitar um crescente processo de conscientização e engajamento dessa juventude no processo de escolha dos representantes que, no Congresso, não representam hoje o real perfil da sociedade do ponto de vista etário. Eles admitem que o processo histórico vivido pelo País afastou boa parte dos jovens de uma posição de participação política ativa, mas observam que isto ocorreu também com os adultos, o

que não significa que o quadro não possa se reverter.

Reações
Rovilson observa que a juventude se expressa, como pode, em relação à "realidade que está aí", e cita como exemplo o episódio ocorrido durante a apresentação do conjunto musical "Legião Urbana", em Brasília, que terminou em tumulto. As reações dos jovens, observa ele, podem variar da apatia à revolta. Votar ou não votar vai fazer parte do elenco de opções para a juventude se expressar.

"O governo Sarney — diz ele — se transformou no governo anti-juventude, anti-povo. A Constituinte trouxe poucas mudanças e, em consequência, uma série de frustrações, que levam também a juventude a buscar canais de expressão em relação a essas insatisfações. A revolta e a apatia são duas dessas formas, mas a frustração também pode se manifestar de outras inúmeras formas, ligadas à própria sexualidade ou às drogas". O voto passa agora a ser uma forma de expressão e o jovem certamente deixará claro, segundo ele, que o sistema político do País está desacreditado. A par disso, surgiu como consequência uma redefinição etária do Congresso, pois, como observa Rovilson, "há apenas 4 ou 5 parlamentares com idade até 30

anos, enquanto a média etária no País é de 19 anos".

Embora com mais de 16 anos (Elias tem 22 e Rovilson 21 anos), os líderes convivem diariamente com o eleitorado que pode representar, segundo os primeiros levantamentos com base em dados estatísticos do IBGE, um contingente de 9 a 10 milhões de novos votos. A UBES existe desde 1948 e representa, segundo Elias, 30 milhões de estudantes secundaristas de todo o Brasil, engajados "não apenas na defesa dos interesses da juventude, de um modo geral, como também da gratuidade do ensino público, de modo específico". A UJS foi fundada em 1984 e congrega cerca de 35 mil jovens que participam de congressos anuais, o último dos quais foi realizado em Petrópolis.

Propostas claras
Elias enfatiza que, em relação às opções de voto, não dá para se basear no discurso do político, que varia conforme as circunstâncias e interesses. "É preciso que haja participação ativa no momento popular e que seja um político com propostas claras de mudança da estrutura do País, pois os jovens não aceitam soluções paliativas. É preciso clareza em relação à reforma agrária, que a Constituição não garantiu; defesa da soberania do

País, o que implica em relacionamento que não seja de submissão às demais nações, e engajamento firme na luta pela saúde, moradia popular, escola gratuita para todos". Rovilson observa, por sua vez, que a juventude não elegerá apenas os políticos mais jovens, mas também os que tem "idéias jovens", o que muitas vezes não depende de idade cronológica. "Há jovens, por exemplo, filiados à UDR (União Democrática Ruralista)", ironiza ele.

Sobre a velha questão de que o jovem estaria teoricamente propenso a votar mais nas correntes de esquerda do que nas de direita, Rovilson observa que a confrontação se dará, na verdade, entre todos os tipos de militância, variando apenas as formas de luta. "A UDR — cita ele de novo — tem dinheiro, poder, gado. Nós temos as passeatas, as organizações de estudantes. Um setor representa a velha política e outro representa a transformação do fazer política. É evidente que a direita dispõe de instrumentos mais fortes dentro da sociedade. Enquanto eles divulgam suas propostas com matérias pagas, em canais de TV e outros meios poderosos, nós temos que trabalhar com pichações, jornais alternativos. Nessa luta, temos as idéias e eles o dinheiro. Não somos ingênuos a esse respeito". (G.M.).